



# **PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANÁ 3**

## **MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

**(Produto 12)**

**CASCADEL / 2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**ITAIPU BINACIONAL**  
**AGUASPARANÁ**  
**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANÁ 3**

**PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANÁ 3**

**MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

**(Produto 12)**

**(Versão Final)**

**CASCAVEL / 2014**

# COMITÊ DA BACIA DO PARANÁ 3

## 1 REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO

### MEMBROS TITULARES:

GILMAR JEFERSON PALUDO – SEMA /Toledo  
MARIA GLÓRIA GENARI POZZOBON – IAP/Toledo  
ROBERT GORDON HICKSON – AGUASPARANÁ/Toledo  
ELOIR SEBASTIÃO PAPE – SEAB/Toledo  
ADALBERTO TELESCA BARBOSA – EMATER/Toledo  
FERDINANDO NESSO NETO – FUNAI/Guaíra  
RICARDO ENDRIGO – Prefeitura Municipal de Medianeira  
CARLOS ALBERTO MILLIOLI – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
SÉRGIO GROSSENHEIMER – Prefeitura Municipal de Pato Bragado  
TÂNIA MARIA IAKOVACZ LAGEMAM – Prefeitura Municipal de Toledo  
KEILA KOCHEM – Prefeitura Municipal de Cascavel  
ORNÉLIO MENSCH – Prefeitura Municipal de Mercedes

### MEMBROS SUPLENTE:

SILVIO BENDER - SEMA /Toledo  
MÁRCIO DE AZEVEDO MOREIRA – IAP/Foz do Iguaçu  
GUMERCINDO NOGUEIRA DE BRITO – AGUASPARANÁ/Toledo  
VALDECIR FERRANDIN – SEAB/Toledo  
ÉLCIO PAVAN – EMATER/Toledo  
JOSÉ TADEU – FUNAI/Guaíra  
ALCIR BERTA ALÉSSIO – Prefeitura Municipal de Medianeira  
JOÃO MATKIEVICZ FILHO – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
CLAUDETE LUCIA SACARAVONATTO – Prefeitura Municipal de Pato Bragado  
LEOCLIDES LUIZ ROSO BISOGNIN – Prefeitura Municipal de Toledo  
ADENIR DE LOURDES MOLINA MORI – Prefeitura Municipal de Cascavel  
KELLI E. K. WEBER – Prefeitura Municipal de Mercedes

## **2 REPRESENTANTES DOS SETORES DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS**

### **MEMBROS TITULARES:**

FABIO LEAL OLIVEIRA - SANEPAR/Toledo  
SIGMAR HERPICH - Horizonte Amidos/Marechal Cândido Rondon  
ROSELÉIA MARTINI DE AGUIAR - SAAE/Marechal Cândido Rondon  
NELSON NATALINO PALUDO - Sindicato Rural, FAEP/ Toledo  
LUIZ YOSHIO SUZUKE - ITAIPU Binacional/Foz do Iguaçu  
RENATO MAYER BUENO - SANEPAR/Foz do Iguaçu  
VICENTE PAULO FERNANDES VALÉRIO - INAB/Toledo  
NORBERTO JOSÉ MANZ - APS/AMS/ Toledo  
JOSÉ UEBI MALUF - SINDICARNE/Toledo  
CLAUDIANE MORETTI - Cooperativa Agroindustrial LAR/Medianeira  
GISELE MARIA BROD CALDEREIRO - FRIMESA/Medianeira  
VANDIR PAULO HOFFMANN - ACIMACAR/Marechal Cândido Rondon  
KAREN DE LUCCA PAZ - OCEPAR/Curitiba

### **MEMBROS SUPLENTE:**

ARTHUR CAMILLO FILHO - SANEPAR/Toledo  
JORDANI LUIZ RODRIGUES- Horizonte Amidos/Marechal Cândido Rondon  
GERSON LUIS DA SILVA - SAAE/Marechal Cândido Rondon  
LAÉRCIO GALANTE - Sindicato Rural, FAEP/ Toledo  
SIMONE FRIDERIGI BENASSI - ITAIPU Binacional/Foz do Iguaçu  
NICOLAS LOPARDO - SANEPAR/Foz do Iguaçu  
ROBERTO CARLOS PRIESNITZ - INAB/Toledo  
ADILSON DILMAR KULPA - APS/AMS/ Toledo  
ADRIANA BORGES - SINDICARNE/Toledo  
FABIANA KANINOSKI PORTOLAN - Cooperativa Agroindustrial LAR/Medianeira  
CÁTIA ELIZA DALPOSSO - FRIMESA/Medianeira  
DENILSON SIEDEL - ACIMACAR/Marechal Cândido Rondon  
MAYCON RICARDO ZIMERMANN - OCEPAR/Curitiba

## **3 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

### **MEMBROS TITULARES:**

DANIEL MARACA MIRI LOPES - Comunidade Indígena Tekoha Añetete/Diamante do Oeste  
FABIANA COSTA DE ARAUJO SCHUTZ - UTFPR/Medianeira  
ARMIN FEIDEN - UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon  
DIMER ISOTTON - CREA/Medianeira  
PAULO SÉRGIO ROTTA - ABAS/Cascavel  
GENUIR NODARI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Toledo

### **MEMBROS SUPLENTE:**

ANDERSON SANDRO DA ROCHA - UTFPR/Medianeira  
ALISSON ALVES - PTI/Foz do Iguaçu  
DANIEL GALAFASSI - CREA/Medianeira  
JURANDIR BOZ FILHO - ABAS/Cascavel  
DELVO BALDIN - Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Toledo

# **AGUASPARANÁ**

## **EQUIPE TÉCNICA**

FABIO AUGUSTO GALLASSINI – Gerente de Bacias Hidrográficas e Chefe Regional – AGUASPARANÁ/Toledo

GUMERCINDO NOGUEIRA DE BRITO – Engenheiro Civil – AGUASPARANÁ/Toledo

ENÉAS SOUZA MACHADO – Diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas – AGUASPARANÁ/Curitiba

IVO HEISLER JR – Engenheiro Civil – AGUASPARANÁ/Curitiba

OLGA POLATTI – Engenheira Civil – AGUASPARANÁ/Curitiba

# **ITAIPU BINACIONAL**

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

JORGE MIGUEL SAMEK – Diretor-Geral Brasileiro  
EFRAÍN ENRÍQUEZ GAMÓN – Diretor-Geral Paraguai  
RAIMUNDO LÓPEZ FERREIRA – Diretor Técnico  
EUSEBIO RAMÓN AYALA GIMENEZ – Diretor Jurídico Executivo  
NILDO JOSÉ LUBKE – Diretor Jurídico  
RÚBEN ESTEBAN BRASA – Diretor Administrativo Executivo  
EDÉSIO FRANCO PASSOS – Diretor Administrativo  
MARGARET MUSSOI LUCHETA GROFF – Diretora Financeira Executiva  
MARÍA MERCEDES ELIZABETH RIVAS DUARTE – Diretora Financeira  
DIANA BEATRIZ GARCÍA GALEANO – Diretora de Coordenação Executiva  
NELTON MIGUEL FRIEDRICH – Diretor de Coordenação  
JAIR KOTZ – Superintendente de Meio Ambiente

# **EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DA BACIA DO PARANÁ 3**

## **1 PROFESSORES DA UNIOESTE**

### **COORDENAÇÃO GERAL:**

PROF. DR. ARMIN FEIDEN

### **EQUIPE DO CAMPUS DE CASCAVEL:**

PROF. DR. BRENO LEITÃO WAICHEL

PROF. M.SC. JORGE ADEMIR MEDEIROS

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> IRENE CARNIATTO

### **EQUIPE DO CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> ADRIANA MARIA DE GRANDI

PROF. M.SC. ANDREY LUIS BINDA

PROF. DR. ARMIN FEIDEN

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> EDLEUSA PEREIRA SEIDEL

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARCIA REGINA CALEGARI

PROF. DR. NARDEL LUIZ SOARES DA SILVA

PROF. DR. OSCAR V. QUINONEZ FERNANDEZ

PROF. DR. PEDRO CELSO SOARES DA SILVA

PROF. DR. WILSON JOÃO ZONIN

### **EQUIPE DO CAMPUS DE TOLEDO**

PROF. DR. ALDI FEIDEN

PROF. DR. CAMILO FREDDY MENDOZA MOREJON

PROF. DR. CLEBER ANTONIO LINDINO

PROF<sup>a</sup> M.SC. DIUSLENE RODRIGUES FABRIS

PROF. M.SC. LUCIR REINALDO ALVES

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARLI R. V. B. ROESLER

PROF. DR. RICARDO RIPPEL

PROF. DR. NYAMIEN YAHAUT SEBASTIEN

## **2 APOIO TÉCNICO (GRADUADOS, MESTRANDOS E DOUTORANDOS) DA UNIOESTE**

ALINE COSTA GONZALEZ

ANA BEATRYZ SUZUKI

DONIZETE JOSÉ VICENTE JR.

JUCINEI FERNANDO FRANDALOSO

ROBERTO LUIS PORTZ

RONAN ROGER RORATO

## **3 ACADÊMICOS DA UNIOESTE**

ALEXANDRE RODRIGO CERNY

ANDERSON MAIKON ZIMMERMANN

BRUNO BONEMBERGER DA SILVA

BRUNO RODRIGUES SAUNITTI

CAMILLA FERRADOZA BATALIOTO

DANIEL WAGNER ROGÉRIO

DEVANIR BATISTA DA CRUZ

FERNANDO JOSÉ LIMA

GABRIELE PIZZATTO

GRÉGORI OLDONI PAZINATO

HIGOR EINSTEIN FRANCISCONI LORIN

JANAINA FRANCISCA TOLFO

JHEISON THIAGO REIS

JULIANA TABORDA

JULIANI CRISTINA MEITH

LARISSA TEODORO RECKZIEGEL DA SILVA

LOUSIE DI FRANCISCO DE SOUZA RODRIGUES

LUIZ EDUARDO PERUZZO DE LIMA

MARGUITA MÁRCIA KAUFER

NAIRO EDUARDO HEPPE

RENAN DAS NEVES VANDERLINDE

SUELEN TERRE DE AZEVEDO

THIAGO KICH FOGAÇA

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
RESUMO EXECUTIVO.....	2
1.1 INTRODUÇÃO.....	3
1.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	4
1.2.1 DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA SOCIAL DA BACIA.....	4
1.2.1.1 Quadro Institucional de Referência (segmentos e lideranças envolvidos na área de recursos hídricos).....	5
1.2.1.2 Meios de Divulgação.....	7
1.2.2 ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS.....	7
1.2.2.1 Planejamento do Evento.....	7
1.2.2.2 Acompanhamento das Consultas Públicas.....	8
1.2.2.3 Avaliação das Consultas Públicas.....	8
1.2.2.3.1 Consulta Pública em Foz do Iguaçu-PR, no dia 16 de abril de 2014.....	9
1.2.2.3.2 Consulta Pública em Santa Helena-PR, no dia 16 de abril de 2014.....	9
1.2.2.3.3 Consulta Pública em Marechal Cândido Rondon-PR, no dia 29 de abril de 2014.....	9
1.2.2.3.4 Consulta Pública em Toledo-PR, no dia 30 de abril de 2014.....	11
1.2.2.3.5 Contribuições recebidas através do Site AGUASPARANÁ.....	14
1.2.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
APÊNDICE A – Transcrição Resumida da Consulta Pública em Toledo Paraná, no dia 30 de abril de 2014.....	20



## APRESENTAÇÃO

O presente relatório, denominado *Mobilização Social (Produto 12)*, é parte dos estudos para elaboração do *Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3*, executado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por meio do *Termo de Compromisso N° JD/JE/014/09*, celebrado entre a UNIOESTE e ITAIPU BINACIONAL, para suporte do Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Saneamento (SUDERHSA), atual Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ) e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3.

## **RESUMO EXECUTIVO**

O presente relatório abrange os resultados da mobilização social na avaliação dos produtos que compreendem o Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 e é constituído das seguintes partes:

- (1) Diagnóstico da Dinâmica Social da Bacia;
- (2) Organização e Condução da Audiência Pública.

# **MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

**(Produto 12)**

## **1.1 INTRODUÇÃO**

A bacia do Paraná 3 está localizada na mesorregião Oeste do Paraná, entre as latitudes 24° 01' S e 25° 35' S e as longitudes 53° 26' O e 54° 37' O e se estende em áreas dos municípios de Cascavel, Céu Azul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Teresa do Oeste, Santa Teresinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste, perfazendo 28 municípios.

Nesta bacia, foram realizadas quatro consultas públicas para apresentação do Plano da Bacia do Paraná 3, cujos resultados foram analisados neste tópico.

## 1.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

**Equipe:**

**Professores:**

Armin Feiden (coord.)

Adriana Maria de Grandi

Aldi Feiden

Diuslene Rodrigues Fabris

Marli R. v. B. Roesler

Nardel Luiz Soares da Silva

Wilson João Zonin

**Bolsista:**

Jucinei Fernando Frandaloso

### 1.2.1 DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA SOCIAL DA BACIA

A proposta de informação e mobilização social dos atores da Bacia do Paraná 3 foi parte integrante do processo de construção e consolidação do Plano de Bacia, em suas diferentes etapas.

Foi priorizada, como referência, a metodologia de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná (Instituto da Águas do Paraná, 2010).

Nesta proposição, buscou-se atingir diferentes agentes da sociedade, com respeito a vocação da bacia hidrográfica do Paraná 3, sendo que as questões sócio ambientais ponto chave na definição de um sistema de gestão eficaz e capaz de promover o planejamento integrado dos usos da água para demandas futuras.

O processo de dinâmica social da bacia hidrográfica teve como objetivos: (i) promover ações de socialização de informações referentes às atividades que envolveram as etapas de elaboração do Plano Hidrográfico da Bacia do Paraná 3; (ii) divulgar os resultados dos estudos realizados pela equipe técnica envolvida, para os representantes dos

segmentos de Usuários, Poder Público e Sociedade Civil; e, (iii) apresentar as propostas e planos para a gestão dos recursos hídricos na Bacia do Paraná 3, bem como acolher críticas, sugestões e contribuições de todos os segmentos da sociedade.

#### **1.2.1.1 Quadro Institucional de Referência (segmentos e lideranças envolvidos na área de recursos hídricos)**

Foram identificado atores sociais com representatividade regional na execução de ações vinculadas a política pública ambiental e da gestão de recursos hídricos na esfera da Bacia Hidrográfica do Paraná 3:

a) Instituições Governamentais (União, Estado e Municípios):

- Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- Secretarias da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/Sede e Escritórios Regionais);
- Instituto Paraense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/Sede e Escritórios Regionais);
- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA/Sede e Escritórios Regionais);
- Instituto Ambiental do Paraná (IAP/Sede e Escritórios Regionais);
- Companhia Paranaense de Energia (COPEL);
- Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Sede e Regionais de Saúde);
- Promotoria de Meio Ambiente da Comarca de Toledo;
- Prefeituras Municipais dos 28 municípios da Bacia do Paraná 3;
- Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE – Municípios de Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado);
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

b) Usuários (Setores Usuários de Recursos Hídricos: Abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos, Hidroeletricidade; Captação industrial e diluição de efluentes industriais; Drenagem e resíduos sólidos urbanos; Agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura; e Lazer, recreação e outros usos não consuntivos):

- Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR/Sede e Escritórios Regionais);

- Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE – Municípios de Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado);
- ITAIPU Binacional;
- Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná (SINDICARNE);
- Cooperativa Frimesa;
- Associação de Produtores de Fécula Mandioca;
- Cervejaria Colônia;
- Sistema Ocepar – Sudcoop;
- Associação Paranaense de Suinocultores (APS);
- Sindicato Rural de Toledo;
- Sindicato Rural de São Miguel do Iguaçu;
- Sindicato Rural de Medianeira;
- Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI);
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP);
- DM – Construtora de Obras Ltda.;
- Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couro do Estado do Paraná (SICCPAR);
- Associação Comercial e Industrial de Toledo (ACIT);
- Transportec Coleta e Remoção de Resíduos;
- Associação Toledana de Aquicultura (ATOAQUI);
- SABRA;
- Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon (CERCAR);
- Cooperativa Agroindustrial Lar – Medianeira;
- Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon (ACIMACAR).

c) Sociedade Civil Organizada:

- Instituições de Ensino Superior: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR Medianeira); Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(UNIOESTE); União Dinâmicas Faculdades Cataratas (UDC); Universidade das Américas (UNIAMÉRICA);

- Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná – CREA;
- Associação de Desenvolvimento para as Energias Alternativas (ADEA);
- Comunidades Indígenas – Diamante do Oeste;
- Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS);
- Organização e apoio a Projetos Ambientais e Sociais – Ong URU;
- Centro de Atenção ao pequeno Produtor (CAPA);
- Colônia de Pescadores;
- Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência (CORIPA).

Dentre outros grupos sociais representativos na região da Bacia do Paraná 3 encontram-se os participantes do Programa Formação de Educação Ambiental (FEA), desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, ITAIPU Binacional/Programa Cultivando Água Boa, Prefeituras Municipais, instituições de Ensino Superior, e demais parceiros de representatividade regional.

#### **1.2.1.2 Meios de Divulgação**

Para a divulgação e comunicação da agenda de reuniões de consulta pública, nos 4 municípios selecionados (Foz do Iguaçu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Toledo) foram utilizados recursos como: Ofícios, Convites Eletrônicos; Notas em Jornais e Rádios e demais meios complementares.

### **1.2.2 ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS**

As Consultas Públicas foram organizadas de acordo com o planejamento realizado por Roesler *et al.* (2010).

#### **1.2.2.1 Planejamento do Evento**

Foram planejadas quatro consultas públicas, a serem realizadas nos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Toledo.

Em cada evento, foi realizada a formação da mesa de honra, composta pelas autoridades presentes e presidida pelo prefeito anfitrião. Após a formação da mesa de honra, foi previsto um tempo para realização de discursos das principais autoridades presentes.

Em seguida, houve a apresentação da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e sua Gestão no Estado do Paraná, pelo Sr. Enéas Machado, Diretor de Recursos Hídricos do Instituto de Águas do Paraná.

Após, foi apresentado, de forma sucinta, o Plano de Bacias do Paraná 3, pelo Prof. Dr. Armin Feiden, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Na sequência, foi aberta a palavra para o público, para perguntas, questionamento e apresentação de propostas ou sugestões.

### **1.2.2.2 Acompanhamento das Consultas Públicas**

A primeira consulta pública foi realizada no município de Foz do Iguaçu, no dia 15 de abril de 2014. Nesta consulta um público de 82 participantes assinaram o livro de presença.

Já a segunda consulta pública foi realizada no dia seguinte, 16 de abril de 2014, no município de Santa Helena. Neste evento, 88 participantes assinaram o livro de presença.

A terceira consulta pública foi realizada no município de Marechal Cândido Rondon, no dia 29 de abril de 2014. Foi a consulta pública com maior presença, 162 participantes assinaram o livro de presença.

E a última consulta pública foi realizada no município de Toledo, no dia 30 de abril de 2014. Foram registradas 76 assinaturas no livro de presença.

### **1.2.2.3 Avaliação das Consultas Públicas**

As consultas ao Plano da Bacia foram realizadas em quatro municípios: (1) Foz do Iguaçu; (2) Santa Helena; (3) Marechal Cândido Rondon; (4) Toledo. Além disso, houveram contribuições através do site do Instituto de Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), cujo site ficou disponível nos meses de abril e maio para contribuições.

Na sequência, são apresentados os resultados das contribuições nestes locais e no site.



#### **1.2.2.3.1 Consulta Pública em Foz do Iguaçu-PR, no dia 16 de abril de 2014**

**Contribuição de Simone F. Benassi, Saádia M. B. Martins e colaboradores:** após a realização das Consultas Públicas nos municípios, solicitam uma Audiência Pública de Consolidação das propostas e sugestões referentes ao Plano.

**Contribuição de Enio Paulo Zoche — Prefeitura de São Miguel do Iguaçu:** perguntou como se pretende resolver os problemas de drenagem urbana, já que os municípios estão com dificuldades financeiras.

**Contribuição de Rosiane Borba — Secretaria Meio Ambiente de Foz do Iguaçu:** solicita a inclusão da Educação Ambiental não Formal como proposta ao plano.

**Contribuição de Joyce Mara Santos da Paz — Secretaria de Educação:** (1) perguntou quais os projetos/ações para trabalhar com a comunidade a Educação Ambiental; (2) perguntou se serão desenvolvidos projetos que oportunizem à população a conhecerem os rios que fazem parte da Bacia Hidrográfica a qual pertence sua cidade.

**Contribuição de Saádia M. B. Martins — UNIFOZ:** solicita (1) audiência pública; (2) abrir oportunidade de contribuições no site AGUAS PARANÁ de 30 a 60 dias; (3) Análise de Água; (4) ações em relação a agrotóxicos, suínos, sementes, erosão, lixo e saneamento básico.

#### **1.2.2.3.2 Consulta Pública em Santa Helena-PR, no dia 16 de abril de 2014**

Não foram recebidas contribuições escritas na Consulta Pública de Santa Helena.

#### **1.2.2.3.3 Consulta Pública em Marechal Cândido Rondon-PR, no dia 29 de abril de 2014**

**Contribuição de Darci Miguel Schmidt — Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa:** perguntou se existe uma estratégia prevista para que os municípios internalizem a

importância da manutenção de seus recursos naturais por intermédio de políticas públicas locais;

**Contribuição de Marise e Keile — UNIOESTE:** (1) perguntou porque o agronegócio incentiva apenas o plantio de eucalipto e não valoriza a propriedade que possui um manejo integrado de mata nativa; (2) perguntou o que o plano de bacia prevê na questão do manejo que compreende os corredores de biodiversidade.

**Contribuição de Dimas José Detoni — COPAGRIL:** afirma que um dos maiores anseios do público em relação à consulta pública era em relação à cobrança da água e que o assunto foi deixado em segundo plano. Perguntou se o assunto será retomado em outras consultas ou audiências públicas.

**Contribuição de Marcos Gregolin:** faz a proposta de incentivar: (1) a gestão em microbacias; (2) o uso de biodigestores; (3) a produção de fertilizantes orgânicos e biofertilizantes; (4) incentivar o menor uso de agrotóxicos em nossas águas e nos alimentos.

**Contribuição de Alvorí Ahlert:** (1) desenvolver um programa de educação ambiental não formal através de uma sinergia de organizações já existentes: Associações de Águas Rurais, 42 Linhas Rurais que já geram sua água; Cooperativas, etc.; (2) Desenvolver projetos de utilização de água da chuva por meio de cisternas; (3) criar grupos de trabalho para captação de recursos para aplicar na gestão da água.

**Contribuição de Antônio Schinda — 4º GB Bombeiros:** (1) Elaborar plano de auxílio mútuo para a gestão de vazamentos de produtos perigosos contemplando treinamentos, materiais, veículos e um plano de chamada com as instituições afetadas; (2) trabalhar a prevenção do afogamento dentro do programa ambiental; (3) envolver a defesa civil municipal nos programas de gestão de recursos hídricos, interligando com os planos diretores e os planos de contingência.

**Contribuição de Irene Carniato — UNIOESTE:** (1) reforçar a informação de que cada um dos 28 municípios da BP3 já tem um grupo de Gestores de Educação Ambiental do Programa de Formação de Educadores Ambientais – FEA, com 300 educadores/gestores

nos 28 municípios; (2) solicita ações para articular os Planos de Proteção e Defesa Civil com os Planos Diretores, os Planos de Resíduos junto com o Plano de Bacia; (3) promover a capacitação para Gestores, Professores, Técnicos e Líderes Comunitários para uma Cultura de Sustentabilidade em Comunidades Sustentáveis.

#### **1.2.2.3.4 Consulta Pública em Toledo-PR, no dia 30 de abril de 2014**

Na consulta pública realizada em Toledo-PR não houveram contribuições escritas, apenas gravadas. Segue anexo a transcrição das contribuições ao Plano de Bacias. A transcrição resumida está contida no Apêndice A.

**Contribuição de Leocildes Bisognin — Secretário de Meio Ambiente de Toledo:** afirmou que, se não fosse o esgoto de Cascavel, lançado no Rio São Francisco Verdadeiro, Toledo teria água disponível para abastecimento público possivelmente até o ano de 2.300, mesmo com população em torno de 1 milhão de habitantes. Fez em seguida a seguinte pergunta: *A Sanepar está propondo a seguinte solução, tendo em vista o manancial do Rio Toledo estar exaurido, que entre 10 e 15 anos será necessário captar água no Rio Santa Quitéria, em um ponto a 20 km de Toledo, a um custo muito elevado. Não seria mais fácil e barato transferir o esgoto da ETE-Norte de Cascavel e jogá-lo para a ETE-Sul, de forma a liberar o Rio São Francisco Verdadeiro desta elevada carga de efluentes?* Em seguida afirmou também que, por outro lado, após o Rio São Francisco Verdadeiro passar por Toledo, recebe 70% de toda a carga de efluentes gerada pela cidade, sendo que os restantes 30% são lançados no Rio Marreco. E complementou que este último tem uma vazão muito pequena. Sendo que isto inviabiliza também o uso desta água pelos municípios a jusante do rio, como Marechal Cândido Rondon. Afirmou em seguida que todos os municípios estão interligados, ressaltando ainda dois outros pontos: (1) que no futuro se Toledo captar água no Rio Santa Quitéria, mesmo a um custo elevado, mas os municípios de Cascavel e Santa Tereza jogarem os efluentes urbanos e industriais neste rio, vai inviabilizar o uso desta captação também; e, (2) informa que recebeu informações de que o município de Marechal Cândido Rondon planeja captar água para abastecimento público do Rio Guaçu, e que isto inviabilizaria o projeto de Toledo de captar água no Rio Guaçu, na altura de Novo Sobradinho, para suprir suas necessidades imediatas nos próximos anos. Reafirmou novamente que, apesar de existir bastante água na BP3, principalmente no Rio São Francisco Verdadeiro, nem sempre ela está disponível nas condições necessárias para sua captação. Na atualidade, há muita água no Rio São Francisco Verdadeiro em Toledo, mas o

município não pode pegar. Ressaltou que o esgoto e a água andam juntos e que uma vez captada a água, depois de usada e tratada ela precisa ser lançada em algum lugar.

**Contribuição de Marcio Soler — Professor da Rede Pública Estadual e representante de uma Cooperativa Habitacional de Toledo:** relatou que tem uma preocupação e que já expôs a mesma em uma audiência na formatação da última atualização do Plano Diretor de Toledo, em relação ao novo Zoneamento Industrial que foi feito neste plano, e que contempla a criação da Zona Industrial de Sol Nascente, uma grande área industrial e cuja área já foi efetivamente adquirida pela Prefeitura Municipal de Toledo. O problema é que esta área está situada em um divisor de águas, entre a bacia do Rio Toledo e a cabeceira da bacia do Rio Guaçu, ambas áreas de mananciais. Ressaltou que sabe dos estudos e do planejamento efetuado para esta implantação, mas ressaltou novamente no risco de estrangular cabeceiras estratégicas de rios importantes e que no futuro serão necessárias para abastecer Toledo e os municípios vizinhos. Ressaltou também que a expansão das outras áreas industriais, via PR duplicada, e que também está se dando em divisores de águas, partes no Guaçu e partes no Rio São Francisco Verdadeiro. E reafirmou que espera sinceramente que os planejamentos feitos para prevenir futuras contaminações sejam efetivamente feitos, em relação ao tipo de efluente industrial que se vai ter e da forma como se está fazendo o tratamento, sob risco de provocar o agravamento de problemas que já estão ocorrendo em Toledo, principalmente no verão, de detergentes em áreas residenciais, de elevados volumes de mosquitos que não eram comuns até pouco tempo. Ressaltou o problemas das altas cargas industriais que estão sendo descarregados no Rio Marreco, além do esgoto.

**Contribuição de Marcio Soler — Professor da Rede Pública Estadual e representante de uma Cooperativa Habitacional de Toledo:** solicitou informações sobre a questão da liberação da exploração do gás do xisto, pelo método do fraturamento hidráulico, o chamado “*fracking*”, na região da BP3.

**Contribuição de Maria da Glória — Chefe Regional do Instituto Ambiental do Paraná:** chamou a atenção para as tabelas apresentadas, onde o município de Toledo está situado na área estratégica de gestão BP3-2, sendo que esta é a área que apresenta o maior uso de água na BP3. Embora este uso ainda esteja entre 4,4 e 5%, a qualidade de água pode preocupar, ainda mais considerando que é a área com a menor disponibilidade hídrica da

BP3. Por isso ressaltou a importância dos Planos de Saneamento, não só de Toledo, mas de todos os municípios da região. E que isto seja avançado, talvez através da AMOP, de uma avaliação dos municípios que estão sendo afetados e, as vezes, também afetando outros municípios da região de uma forma bastante grave e que este problema, se não for avaliado e solucionado, poderá trazer problemas e conflitos de água bem sérios.

**Contribuição de Leocildes Bisognin — Secretário de Meio Ambiente de Toledo:** solicitou a palavra para falar sobre o “*fracking*”, a exploração do xisto em folhelhos pelo método do fraturamento hidráulico, também solicitando maiores informações sobre o que está ocorrendo e o quem pode efetivamente tomar decisões sobre o mesmo.

**Contribuição do Sr. Pegoraro — Produtor Rural:** relatou tem uma pequena chácara e que implantou uma cisterna de 3.000 L e que a água da chuva captada na mesma tem sido usada regularmente para abastecimento dos animais. E sugere que isto seja replicado por todos os produtores rurais a partir das áreas de telhados.

**Contribuição do Sr. Apolinário — Corpo de Bombeiros e Presidente da APMF do Colégio Luis Augusto Moraes do Rêgo:** apresentou os problemas que vem ocorrendo com a coleta seletiva de lixo, pois a população não lê o que está escrito nos contêineres e não coloca o lixo de forma correta nos mesmos. Como sugestão apresenta a necessidade de promover de forma intensiva a educação ambiental no ambiente escolar, bem como preparar os educadores para ministrar o tema e equipar as escolas com materiais apropriados para essa educação.

**Contribuição de Vicente Valério — Cervejaria do Grupo INAB e membro do Comitê Gestor da BP3:** relatou a situação da Cervejaria do Grupo INAB, que quando instalada na região, a mais de 20 anos, estava totalmente fora da área urbana de Toledo, mas que agora está praticamente no centro da cidade. E que as leis ambientais foram se tornando mais exigentes, principalmente em relação aos lançamentos no Rio Marreco. Relatou que está ocorrendo uma confluência das exigências ambientais do estado, através do IAP e da SEMA e temos agora como instrumento o Comitê da Bacia do Paraná 3. Relatou que o Arroio Marreco tem limitações em relação a vazão e que a exigência em relação ao tratamento dos efluentes é elevada. Citou que através do Instituto de Águas a empresa

recebeu sugestões para a elaboração de uma tubulação para o lançamento dos efluentes da indústria, num ponto bem abaixo e que vai ter questões de custo e envolvimento dos proprietários de terras por onde deverá passar o emissário e que, para uma empresa que já está instalada, é um custo muito alto. Pergunta: *Como o Comitê estaria interagindo neste aspecto?*

**Contribuição do Sr. Possobom — Zootecnista da Extensão Rural:** o Sr. Possobom se apresentou como Zootecnista que trabalha na Extensão Rural desde 1980 na região e manifestou a preocupação de que, neste período, nunca viu surgir uma nova nascente, mas que ficou sabendo de muitas que desapareceram. E perguntou se havia na região oeste uma equipe de técnicos pesquisando para delinear em quais os solos podem ser aumentados os suínos, a produção de aves, a bovinocultura de leite e corte ou colocando mais indústrias que consumam mais água. E ressaltou que está preocupado, pois se não existe esta equipe de técnicos, possivelmente os problemas que já estão sentidos no meio urbano logo surgirão no meio rural, pois chegará ao ponto de que em algumas regiões não poderá mais nem ser aumentada a produtividade, pois o solo não comportará mais os dejetos. E relatou que há casos de coliformes fecais em poços artesianos, que ficaram contaminados. Relatou também que, em relação às cisternas, a maioria das integradoras já exigem cisternas nos novos projetos de aviários e pocilgas e que isto estão correndo com bons resultados.

#### **1.2.2.3.5 Contribuições recebidas através do Site AGUASPARANÁ**

**Contribuição de Adelar de Oliveira — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa de São Miguel do Iguaçu:** (1) Educação Ambiental: a) Informal; b) Difusa; c) Educomunicação; d) Trabalhar a Cultura da Água; e) Fomentar a Cultura da Sustentabilidade; f) Ferramentas para aplicabilidade da Educação Ambiental no cotidiano; (2) Trabalhar o reúso da água; (3) Mudanças Climáticas; (4) Fortalecer pesquisas da água nos laboratórios referente a presença de metais pesados, hormônios e micropoluentes; (5) Estabelecer um processo de aprendizagem que provoque a reflexão e a construção de uma nova visão; (6) Realização de uma Audiência Pública para consolidar e aprovar o Plano de Bacia, com maior mobilização e participação; (7) Plataformas de Energias Renováveis; (8)

Criar um capítulo sobre Recomendações Transitórias: a) Mapeamento de Boas Práticas; b) Pagamento por ou em Serviços Ambientais; (9) Coleta de lixo eletrônico.

**Contribuição de Cleito Manske — Recursos Hídricos:** (1) Educação Ambiental: a) Informal — Incentivar o plantio de hortas orgânicas e medicinais nas escolas; b) Difusa — Mobilizar a sociedade para a separação do lixo; c) Educomunicação — Espaço nas rádios, jornais e internet, informando a população sobre a educação ambiental; d) Trabalhar a Cultura da Água — Uso em prédios públicos (cisternas); e) Fomentar a Cultura da Sustentabilidade; (2) Trabalhar o reúso da água — Através de cisternas em órgãos públicos e em todas as residências, nos loteamentos novos; (3) Mudanças Climáticas — Biogás; (3) Fortalecer pesquisas da água nos laboratórios referente a presença de metais pesados, hormônios e micropoluentes; (4) Realização de uma Audiência Pública para consolidar e aprovar o Plano de Bacia, com maior mobilização e participação; (5) Plataformas de Energias Renováveis; (6) Placas solares em prédios públicos e residenciais; (7) Criar um capítulo sobre Recomendações Transitórias: a) Mapeamento de Boas Práticas; b) Pagamento por ou em Serviços Ambientais; (8) Coleta de lixo eletrônico — Ecoponto de coleta de lixo eletrônico, ao menos uma vez por mês.

**Contribuição de Douglas Fernando Kunz — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa de Céu Azul:** (1) Educação Ambiental—Trabalhar de forma Informal; (2) Trabalhar o reúso da água — Principalmente incentivo a construção de cisternas nas áreas urbanas e rurais; (3) Mudanças Climáticas; (4) Fortalecer pesquisas da água nos laboratórios referente a presença de metais pesados, hormônios e micropoluentes; (5) Realização de uma Audiência Pública para consolidar e aprovar o Plano de Bacia, com maior mobilização e participação; (6) Plataformas de Energias Renováveis; (7) Criar um capítulo sobre Recomendações Transitórias: a) Mapeamento de Boas Práticas; b) Pagamento por ou em Serviços Ambientais; (8) Coleta de lixo eletrônico.

**Contribuição de Edimar Borges — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa de São Pedro do Iguaçu:** (1) Realização de uma Audiência Pública para consolidar e aprovar o Plano de Bacia, com maior mobilização e participação; (2) Fomentar a Cultura da Sustentabilidade; (3) Fortalecer pesquisas da água nos laboratórios

referente a presença de metais pesados, hormônios e micropoluentes; (4) Energias Renováveis; (5) Coleta de lixo eletrônico.

**Contribuição de Jaqueline Vanelli — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa do Município de Pato Bragado:** (1) Educação Ambiental — formal ou não formal; (2) Mudanças Climáticas — pois possuem uma relação direta com a temática água; (3) Monitoramento — através de pesquisas em laboratórios por metais pesados, hormônios, micropoluentes e eutrofização; (4) Novas tecnologias e o valor empregado para a dessalinização da água (fator de impacto); (5) Energias Renováveis e recomendações transitórias; (6) Disposição final de resíduos eletrônicos; (7) Mapeamento de boas práticas e ainda pagamento por ou em serviços ambientais; (8) Realização de uma Audiência Pública para consolidar e aprovar o Plano de Bacia, com maior mobilização e Participação.

**Contribuição de Luciano Hipólito da Silva — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa do Município de Foz do Iguaçu:** (1) Realização de Audiência Pública com ampla divulgação para a sociedade, para consolidar e aprovar o Plano de Bacia; (2) Previsão de Educomunicação na área da Educação Ambiental; (3) Previsão de Trabalho com a cultura da água na área da Educação Ambiental; (4) Fomentar a Cultura da Sustentabilidade através da Educação Ambiental; (5) Determinar a necessidade atual de reutilização da água; (6) Apresentar trabalhos e estudos relativos mudanças climáticas; (7) Fortalecer a pesquisas e utilização de Plataformas de Energias Renováveis; (8) Fortalecer a coleta de lixo eletrônico.

**Contribuição de Luis Alberto Trentini — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa de Marechal Cândido Rondon:** (1) Educação Ambiental; (2) Reúso da água; (3) Utilização de águas superficiais; (4) Elaboração de um amplo programa de recuperação e preservação de nascentes, em microbacias; (5) Práticas ambientais sustentáveis; (6) Monitoramento efetivo das águas lançadas por empresas nos corpos hídricos; (7) Pagamento por serviços ambientais: a) Florestas; b) Recuperação e preservação de nascentes, fortalecendo assim a capacidade hídrica dos rios da BP3; (8) Trabalhar um capítulo sobre energias renováveis: a) biogás; b) mini-usinas; (9) Logística Reversa: lixo eletrônico, lâmpadas, pneus e outros.



**Contribuição de Marcos Aurélio Mocelin — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa do Município de Diamante D'Oeste:** (1) Educação Ambiental — trabalhar as mais diversas formas de consciência, na forma de trabalhar as instituições de ensino, públicas e privadas, das mais variadas formas, onde estas instituições possam contribuir com as formas adequadas de Educação Ambiental; (2) Educar para o reúso da água, colocando os projetos da construção civil, principalmente os públicos para que possam ter o sistema de reúso adequado da água dos empreendimentos; (3) Restabelecer os trabalhos de pesquisas sobre a água, sua qualidade, o manancial, formas adequadas de captação, armazenamento e principalmente a distribuição; (4) O lixo eletrônico deve ser feito uma via de mão dupla, onde o fornecedor/vendedor dos produtos tem a obrigatoriedade do destino final dos produtos comercializados; (5) Propor parceria financeira para as propriedades que preservam a água/manancial/florestas, como forma de valorização e continuidade da preservação ambiental adequada.

**Contribuição de Paulo Squinzani — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa do Município de Santa Terezinha de Itaipu:** (1) Monitoramento da qualidade da água dos rios através do monitoramento participativo — Este monitoramento tem como premissa a participação de agentes comunitários para a realização do monitoramento biológico e físico-químico em rios, por acreditar que o envolvimento da comunidade neste processo enraíza o conhecimento e fortalece as comunidades que passam a conhecer a qualidade da água em sua região.

**Contribuição de Sílvia Macari — Comitê Gestor de Bacias do Programa Cultivando Água Boa de Vera Cruz do Oeste:** (1) Inclusão da Educação Ambiental de forma também informal e difusa; (2) Trabalhar alguns temas como: educomunicação, ética do cuidado (com todas as formas de vida), reúso da água, redução do consumismo e práticas sustentáveis; (3) Mudanças Climáticas; (4) Fortalecer pesquisas da água em laboratórios referente à presença de metais pesados, agrotóxicos, hormônios e micropoluentes; (5) Realização de uma Audiência Pública para consolidar e aprovar o Plano de Bacia, com maior mobilização e participação; (6) Plataformas de Energias Renováveis; (7) Criar um capítulo sobre Recomendações Transitórias: a) Mapeamento de

Boas Práticas; b) Pagamento por ou em Serviços Ambientais; (8) Coleta de lixo eletrônico — pontos de coleta específicos e alternativas de tratamento.

**Contribuição de Rejane Dahmer — Município de Quatro Pontes:** (1) Implantar nos municípios a política municipal de educação ambiental; (2) Implantar a obrigatoriedade de cada propriedade ter sua cisterna de captação da água da chuva; (3) Implantar a obrigatoriedade de recuperação das nascentes em cada propriedade; (4) Implantar a reciclagem de lixo orgânico; (5) Para os municípios que não tem coleta seletiva, implantar com urgência.

### 1.2.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ. **Elaboração do Plano Estadual de recursos Hídricos. Produto 1.5. Diagnóstico da Dinâmica Social das Bacias Hidrográficas do Paraná.** Revisão Final, 2010.
2. ITAIPU BINACIONAL. A maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/cultivando-agua-boa>. Acesso em: Nov. 2011.
3. SEMA. Secretaria de Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos : Programa de Meio Ambiente. Curitiba: Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>. Acesso em: Nov. 2011.
4. ROESLER, M. R. v. B. (Coord.); FABRIS, D. R.; SILVA, L. T. R. da; KAUFER, M. M. Diagnóstico da Dinâmica Social da Bacia. In: FEIDEN, A. (Coord.) *et al.* Características Gerais da Bacia – Plano da Bacia do Paraná 3. Cascavel: UNIOESTE, 2010. p. 131-137, il. color.

## **APÊNDICE A – Transcrição Resumida da Consulta Pública em Toledo Paraná, no dia 30 de abril de 2014**

Na consulta pública realizada em Toledo-PR não houveram contribuições escritas, apenas gravadas. Segue anexo a transcrição da gravação do evento, de forma sucinta, focando nas contribuições ao Plano de Bacias.

A consulta iniciou com a formação da Mesa de Honra, composta pelas seguintes autoridades: (1) o Prefeito Municipal de Toledo, Sr. Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt; (2) O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Toledo, Sr. Adriano Remonti; o Gerente da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 e Chefe do Escritório Regional do Instituto das Águas do Paraná, Sr. Fábio Augusto Gallassini; o Diretor de Coordenação da ITAIPU Binacional, Sr. Nelton Friedrich; o Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, Sr. José Uebi Maluf; o Promotor do Meio Ambiente, Dr. Geovani Ferri e o Coordenador do Plano de Bacias, Prof. Dr. Armin Feiden. O evento iniciou com o discurso do Sr. Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, Sr. José Uebi Maluf, que saudou as autoridades e população presente e procedeu a abertura dos trabalhos. Discursaram em seguida as seguintes autoridades: o Dr. Geovani Ferri, Promotor do Meio Ambiente; o Sr. Adriano Remonti, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Toledo; o Sr. Fábio Augusto Gallassini, Gerente da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 e Chefe do Escritório Regional do Instituto das Águas do Paraná; o Sr. Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt, Prefeito Municipal de Toledo. Em seguida foi desfeita a mesa de honra e iniciou-se a fase de palestras, com as palavras do Sr. Nelton Friedrich, Diretor de Coordenação da ITAIPU Binacional, apresentando o Programa Cultivando Água Boa, coordenado pela ITAIPU Binacional.

Na sequência, iniciou-se a apresentação da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e sua Gestão no Estado do Paraná, pelo Sr. Enéas Machado, Diretor de Recursos Hídricos do Instituto de Águas do Paraná.

Em seguida, foi apresentado, de forma sucinta, o Plano de Bacias do Paraná 3, pelo Coordenador da equipe que elaborou o Plano de Bacias, o Prof. Dr. Armin Feiden, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Após a apresentação do Plano de Bacias, iniciou a parte de contribuições e perguntas. O primeiro a solicitar a palavra foi o Sr. Leocides Bisognin, Secretário de Meio Ambiente, que se direcionando ao Prof. Armin, afirmou que, se não fosse o esgoto de Cascavel, lançado no Rio São Francisco Verdadeiro, Toledo teria água disponível para abastecimento público possivelmente até o ano de 2.300, mesmo com população em torno de 1 milhão de habitantes. Em seguida fez a seguinte pergunta: *A Sanepar está propondo a seguinte solução, tendo em vista o manancial do Rio Toledo estar exaurido, que entre 10 e 15 anos será necessário captar água no Rio Santa Quitéria, em um ponto a 20 km de Toledo, a um custo muito elevado. Pergunta assim se não seria mais fácil e barato transferir o esgoto da ETE-Norte de Cascavel e jogá-lo para a ETE-Sul, de forma a liberar o Rio São Francisco Verdadeiro desta elevada carga de efluentes?* Em seguida afirma também que, por outro lado, após o Rio São Francisco Verdadeiro passar por Toledo, recebe 70% de toda a carga de efluentes gerada pela cidade, sendo que os restantes 30% são lançados no Rio Marreco. E complementou que este último tem uma vazão muito pequena. Sendo que isto inviabiliza também o uso desta água pelos municípios a jusante do rio, como Marechal Cândido Rondon. Afirmou em seguida que todos os municípios estão interligados, ressaltando ainda dois outros pontos: (1) que no futuro se Toledo captar água no Rio Santa Quitéria, mesmo a um custo elevado, mas os municípios de Cascavel e Santa Tereza jogarem os efluentes urbanos e industriais neste rio, vai inviabilizar o uso desta captação também; e, (2) informa que recebeu informações de que o município de Marechal Cândido Rondon planeja captar água para abastecimento público do Rio Guaçu, e que isto inviabilizaria o projeto de Toledo de captar água no Rio Guaçu, na altura de Novo Sobradinho, para suprir suas necessidades imediatas nos próximos anos. Reafirmou novamente que, apesar de existir bastante água na BP3, principalmente no Rio São Francisco Verdadeiro, nem sempre ela está disponível nas condições necessárias para sua captação. Na atualidade, há muita água no Rio São Francisco Verdadeiro em Toledo, mas o

município não pode pegar. Ressaltou que o esgoto e a água andam juntos e que uma vez captada a água, depois de usada e tratada ela precisa ser lançada em algum lugar.

O Prof. Armin respondeu que as colocações do Sr. Bisognin eram verdadeiras e ressaltou a importância de se tratar todos os efluentes da BP3, tanto os urbanos quanto os industriais e rurais. E enfatizou a necessidade do reúso da água, que será estimulado pela cobrança da água, para diminuir a necessidade de captação de água e, conseqüentemente, o volume de efluentes gerados e lançados nos corpos de água.

Em seguida, o Sr. Enéas Machado ressaltou que as colocações do Secretário Bisognin eram importantíssimas e de amplitude regional e que deveriam ser levadas ao Comitê da Bacia do Paraná 3, por se tratar de relações de conflito de uso de água entre diferentes municípios e que isto se encaixa como uma luva nas atribuições do Comitê de Bacias.

Em seguida tomou a palavra o Sr. Marcio Soler, professor da rede pública estadual e que representa também uma cooperativa habitacional em Toledo, para complementar as palavras do Secretário Bisognin. Afirmou que tem uma preocupação e que já expôs a mesma em uma audiência na formatação da última atualização do Plano Diretor de Toledo, em relação ao novo Zoneamento Industrial que foi feito neste plano, e que contempla a criação da Zona Industrial de Sol Nascente, uma grande área industrial e cuja área já foi efetivamente adquirida pela Prefeitura Municipal de Toledo. O problema é que esta área está situada em um divisor de águas, entre a bacia do Rio Toledo e a cabeceira da bacia do Rio Guaçu, ambas áreas de mananciais. Ressaltou que sabe dos estudos e do planejamento efetuado para esta implantação, mas ressaltou novamente no risco de estrangular cabeceiras estratégicas de rios importantes e que no futuro serão necessárias para abastecer Toledo e os municípios vizinhos. Ressaltou também que a expansão das outras áreas industriais, via PR duplicada, e que também está se dando em divisores de águas, partes no Guaçu e partes no Rio São Francisco Verdadeiro. E reafirmou que espera sinceramente que os planejamentos feitos para prevenir futuras contaminações sejam efetivamente feitos, em relação ao tipo de efluente industrial que se vai ter e da forma como se está fazendo o tratamento, sob risco de provocar o agravamento de problemas que já estão ocorrendo em Toledo, principalmente no verão, de detergentes em áreas residenciais, de elevados volumes de mosquitos que não eram comuns até pouco tempo. Ressaltou o problemas das altas cargas industriais que estão sendo descarregados no Rio Marreco, além do esgoto. Outra questão que solicitou foi como

estava a questão da liberação da exploração do gás do xisto, pelo método do fraturamento hidráulico, o chamado “*fracking*”, na região da BP3.

Em seguida falou Maria da Glória, Chefe Regional do Instituto Ambiental do Paraná, que ressaltou corroborar com as observações do Secretário Bisognin e do Prof. Armin, ressaltando que lhe chamou a atenção, nas tabelas apresentadas pelo Prof. Armin, de que o município de Toledo está situado na área estratégica de gestão BP3-2 e que é a área que apresenta o maior uso de água na BP3. Embora este uso ainda esteja entre 4,4 e 5%, a qualidade de água pode preocupar, ainda mais considerando que é a área com a menor disponibilidade hídrica da BP3. Por isso ressaltou a importância dos Planos de Saneamento, não só de Toledo, mas de todos os municípios da região. E que isto seja avançado, talvez através da AMOP, de uma avaliação dos municípios que estão sendo afetados e, as vezes, também afetando outros municípios da região de uma forma bastante grave e que este problema, se não for avaliado e solucionado, poderá trazer problemas e conflitos de água bem sérios.

O Secretário Bisognin solicitou a palavra para falar sobre o “*fracking*”, a exploração do xisto em folhelhos pelo método do fraturamento hidráulico, também solicitando maiores informações sobre o que está ocorrendo e o quem pode efetivamente tomar decisões sobre o mesmo.

Em resposta o Sr. Enéas respondeu que não tinha informações sobre o processo na BP3 mas iria buscar e trazer as respostas sobre o assunto e como isso poderia afetar a BP3 e o que poderia ser feito para evitar possíveis problemas para os recursos hídricos na BP3.

Na sequência, tomou a palavra o Sr. Pegoraro, que tem uma pequena chácara e que relatou que implantou uma cisterna de 3.000 L e que a água da chuva captada na mesma tem sido usada regularmente para abastecimento dos animais. E sugere que isto seja replicado por todos os produtores rurais a partir das áreas de telhados.

O Prof. Armin relatou que a importância da proposta, que já é contemplada em alguns dos planos diretores municipais, na BP3, como uma exigência de que todos os telhados e pátios impermeabilizados, a partir de um certo tamanho tenham que implantar cisternas de captação da água recolhida. E que a proposta vem ao encontro de outras iniciativas já propostas e será levada ao Comitê Gestor da BP3.

O Sr. Fábio Galassini ressaltou que esta preocupação também foi levantada na consulta pública em Marechal Cândido Rondon e que há várias iniciativas semelhantes,

inclusive da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon de de proposta no Programa Cultivando Água Boa, da ITAIPU Binacional.

O Sr. Apolinário, do Corpo de Bombeiros e Presidente da APMF do Colégio Luis Augusto Moraes do Rêgo apresentou os problemas que vem ocorrendo com a coleta seletiva de lixo, pois a população não lê o que está escrito nos contêineres e não coloca o lixo de forma correta nos mesmos. Como sugestão apresenta a necessidade de promover de forma intensiva a educação ambiental no ambiente escolar, bem como preparar os educadores para ministrar o tema e equipar as escolas com materiais apropriados para essa educação.

O Prof. Armin agradeceu a colaboração do Sr. Apolinário e citou que na proposta inicial da Unioeste para as ações a serem efetivadas na bacia constava tanto a educação formal, em escolas, colégios e universidades, quanto a educação não formal, de adultos e jovens fora da escola, mas que esta última proposta foi retirada pela CTPLAN, por não ter sido considerada prioritária. Ms que em todas as consultas públicas anteriores este tema voltou a ser objeto de manifestações e que os temas serão levados novamente, agora direto ao Comitê Gestor da BP3

O Sr. Vicente Valério, do INAB e membro do Comitê Gestor da BP3, relatou a situação da Cervejaria do Grupo INAB, que quando instalada na região, a mais de 20 anos, estava totalmente fora da área urbana de Toledo, mas que agora está praticamente no centro da cidade. E que as leis ambientais foram se tornando mais exigentes, principalmente em relação aos lançamentos no Rio Marreco. Relatou que está ocorrendo uma confluência das exigências ambientais do estado, através do IAP e da SEMA e temos agora como instrumento o Comitê da Bacia do Paraná 3. Relatou que o Arroio Marreco tem limitações em relação a vazão e que a exigência em relação ao tratamento dos efluentes é elevada. Citou que através do Instituto de Águas a empresa recebeu sugestões para a elaboração de uma tubulação para o lançamento dos efluentes da indústria, num ponto bem abaixo e que vai ter questões de custo e envolvimento dos proprietários de terras por onde deverá passar o emissário e que, para uma empresa que já está instalada, é um custo muito alto. Pergunta: *Como o Comitê estaria interagindo neste aspecto?*

O Prof. Armin destacou que o Plano de Bacias trata de uma avaliação global e não de questões específicas, e que para uma questão específica precisaria ser feita uma proposta de uma solução, como essa do duto ou outra solução técnica, e que fosse apresentada ao Comitê Gestor da BP3, para análise e verificação do mérito e prioridade, bem como do



estudo de soluções alternativas. O professor também destacou que, para a equipe que elaborou o plano ficou evidente que, principalmente nos três municípios mais populosos, o crescimento populacional aumentou a pressão sobre os recursos hídricos e o risco de contaminação dos mesmos. Relatou que os problemas em relação às empresas estabelecidas é um passivo ambiental decorrente da expansão urbana. Reafirmou que a solução precisa ser proposta formalmente ao Município e ao Comitê, que podem ou não aprovar e apoiar a solução proposta, sendo isso uma questão que dependerá do Comitê. Mas ressaltou a importância do planejamento para a instalação de futuros parques industriais, pois parques industriais instalados em áreas de nascentes, cabeceiras e mananciais tem sérias limitações em relação ao lançamento de efluentes, pois tem pequeno volume e a capacidade de diluição dos efluentes lançados é muito baixa. Quando temos corpos de água com grandes volumes, a capacidade de diluição aumenta muito e isso pode auxiliar na minimização dos impactos dos lançamentos. Por isso o planejamento de hoje pode evitar problemas futuros. Reafirmou novamente, para as situações já existentes, para que o Comitê possa analisar qualquer caso, ele precisa ser apresentado formalmente.

O Sr Enéas Machado relatou que desde que o Instituto de Águas iniciou os processos de outorga de efluentes, para as indústrias e a Sanepar, que sempre foram negociadas as soluções, caso a caso, por exemplo, com a indústria A, depois com a indústria B, com a ETE da Sanepar, etc., para verificar a melhor solução para cada caso, se é instalar uma ETE mais eficiente ou se leva este efluente rio abaixo, por 1.000m ou 2.000m, ou algo assim. Mas ressaltou que em todo caso a solução é negociada como o usuário e em nenhum caso isso é imposto.

Em seguida o Sr. Enéas se referiu a uma pergunta feita ao Sr. Fábio, sobre o impacto da cobrança de água na Bacia do Alto Iguaçu e informou que ainda não se dispõem de dados sobre isso, pois a cobrança é recente, de apenas 7 a 8 meses, e ainda não se tem a informação sobre o efeito no preço pago pelo consumidor. Mas afirmou que os preços cobrados por aquele Comitê são muito baixos, de apenas R\$ 0,01 por m<sup>3</sup> de água consumida e de R\$ 0,10 por kg de DBO lançada e considerou que isso não causaria impacto junto ao consumidor final. E afirmou que estes preços foram negociados com a FIEP e com as indústrias, por muitos meses.

Em seguida o Sr. Fábio informou que último inscrito era o Sr. Possobom e que com ele encerrariam as inscrições, em função do avançado da hora. Equem ainda tivesse alguma proposta que a encaminhasse por escrito ou via site do Instituto de Águas.

O Sr. Possobom se apresentou como Zootecnista que trabalha na Extensão Rural desde 1980 na região e manifestou a preocupação de que, neste período, nunca viu surgir uma nova nascente, mas que ficou sabendo de muitas que desapareceram. E perguntou se havia na região oeste uma equipe de técnicos pesquisando para delinear em quais os solos podem ser aumentados os suínos, a produção de aves, a bovinocultura de leite e corte ou colocando mais indústrias que consumam mais água. E ressaltou que está preocupado, pois se não existe esta equipe de técnicos, possivelmente os problemas que já estão sentidos no meio urbano logo surgirão no meio rural, pois chegará ao ponto de que em algumas regiões não poderá mais nem ser aumentada a produtividade, pois o solo não comportará mais os dejetos. E relatou que há casos de coliformes fecais em poços artesianos, que ficaram contaminados. Relatou também que, em relação às cisternas, a maioria das integradoras já exigem cisternas nos novos projetos de aviários e pocilgas e que isto está ocorrendo com bons resultados.

O Prof. Armin informou que já há um instrumento de gestão que analisa esta questão, que é o Licenciamento Ambiental. Citou o Licenciamento Ambiental da Suinocultura, que prevê apenas a aplicação de dejetos em áreas aptas e que existe uma metodologia que passou a ser utilizada experimentalmente na região da BP3 a partir de 2004-2005, através do Programa de Gestão por Bacias, do Programa Cultivando Água Boa, pela equipe da Unioeste que participou deste programa. O objetivo era buscar controlar os passivos ambientais da suinocultura nas microbacias modelos instaladas nos municípios participantes do programa. Em 2009, esta metodologia foi incluída como exigência obrigatória no Licenciamento Ambiental da Suinocultura e está detalhada no anexo 5 do Manual de Licenciamento da Suinocultura, o *Sistema de Classificação de Risco Ambiental das Terras para Uso Agronômico de Dejetos de Suínos*.

E ressaltou que se esta metodologia for efetivamente utilizada, de forma correta, em todos os projetos de licenciamento ambiental da suinocultura, o risco de contaminação da água por dejetos de suínos será efetivamente reduzido. Mas ressaltou que não são só os dejetos animais que trazem riscos, pois os adubos químicos, principalmente a adubação química nitrogenada, como a ureia e o sulfato de amônio. Se aplicados em quantidades excessivas e com chuvas intensas depois da aplicação, estes adubos solúveis vão ser lixiviados para as águas e, através do processo de oxidação do nitrogênio, vão gerar nitratos, que são cancerígenos para o homem e para os animais. E temos também o risco de contaminação por agrotóxicos, que não pode ser ignorado. E informou que o Estado do

Paraná possui hoje regras específicas para os licenciamentos da Suinocultura, da Piscicultura e da Avicultura, mas que todas as atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras precisam ser licenciadas.

O Sr. Fábio Galassini agradeceu a todos pela presença e pelas contribuições com perguntas e questionamentos, bem como ao Sr. Enéas e o Prof. Armin que responderam as mesmas. Em seguida, passou a palavra ao Sr. José Uebi Maluf, para o encerramento do evento.

O Sr. José Uebi Maluf informou que em Toledo está sendo realizada a última Consulta Pública e destacou que nesta houve uma quantidade e qualidade muito grande de informação e que é um assunto complexo que está sendo conduzido muito bem tecnicamente. E destacou as palavras do Prof. Armin de que este não é um plano perfeito e que por isso há espaço para que ainda possam haver contribuições a serem apresentadas. Agradeceu ao público e as autoridades pela presença e contribuição e encerrou o evento.